Ajuste permanente no Brasil: Reforma trabalhista e rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho

FERNANDA DE MEDEIRO MACHADO CORDEIRO

Aluna do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba,
Bolsista PIBIC/UFPB/CNPQ.

MARIA LUIZA OLIVEIRA SILVA

Aluna de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba,
Bolsista PIBIC/CNPQ.

EMELLY MAMEDE LEITE

Aluna do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba,
Voluntária PIBIC/UFPB.

INTRODUÇÃO/OBJETIVO: Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa de Iniciação Científica (UFPB/PROPESQ/CNPq)¹ realizada no período de 2024-2025, intitulado: “Ajuste permanente no Brasil: Reforma trabalhista e rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho”. Com o objetivo de aferir o ajuste permanente e os impactos para a classe trabalhadora com foco na Reforma Trabalhista.

DESENVOLVIMENTO: A pesquisa consistiu na busca de elementos que contribuíssem para a apreensão do objeto de estudo, que fundamentada no método da crítica da economia política, tem um caráter teórico de abordagem qualitativa de tipo revisão bibliográfica e sistemática de literatura. Dos objetivos da pesquisa, nos atemos a analisar objeto por intermédio das categorias econômicas e sociais da crítica da economia política com primazia para a categoria força de trabalho. Identificamos que os fenômenos históricos denominados ajuste permanente e reforma trabalhista (2017), protocolada no governo de Michel Temer (2016-2018), são medidas que reduzem qualitativamente as condições de vida da classe trabalhadora em uma estratégia de enfrentamento a queda tendencial da taxa de lucros caracterizando esses fatores como desdobramentos da crise de 1970. No processo investigativo apreendemos as referidas ramificações da crise como sintomáticas dos limites históricos do capitalismo tratados teoricamente na obra “Capitalismo e Economia Mundial: Bases teóricas e análise empírica para a compreensão dos problemas econômicos século XXI” por Xabier Arrizabalo Montoro. Dessa forma, compreendemos que os agravos exploratórios da força de trabalho brasileira são materializados pelo ajuste fundomonetarista como uma fuga da crise estrutural desaguando na precarização do trabalho e na regressão civilizatória.

CONCLUSÃO: Podemos inferir que o ajuste ocorrido no Brasil em 2017 compõe um conjunto de medidas para desregulamentar direitos trabalhistas e sociais historicamente conquistados para liberalizar o mercado de trabalho para antigas e novas formas de exploração. A consequência concreta é a instituição da precarização como contratendência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. O mundo do trabalho está agonizando? disponível em <https://www.youtube.com/live/g9euWoO7dYA?feature=shared>

ARRIZABALO, M., Xabier. Capitalismo e Economia Mundial: Bases teóricas e análise empírica para a compreensão dos problemas econômicos do século XXI, São Paulo, Boitempo, 2023.

BARROS, Albani. Precarização : Degradação do trabalho no capitalismo. Coletivo Veredas, Maceió, 2019.

¹ Integra o Projeto de pesquisa, intitulado: *Determinações do ajuste permanente no Brasil: Crise e rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho*, coordenado pela orientadora, Cláudia Gomes, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho – GEPET, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. claudia.gomes@academico.ufpb.br